



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPF
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SERGIPE



PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009

MARÇO/2010



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPF
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SERGIPE**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009**

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

Aracaju/SE, 08/03/2010

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

DPF – Departamento de Polícia Federal

ICAO - International Civil Aviation Organization

IN – Instrução Normativa

INTERPOL - International Criminal Police Organization

IPL – Inquérito Policial

LOA – Lei Orçamentária Anual

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PIB – Produto Interno Bruto

Port. – Portaria

PPA – Plano Plurianual

SR – Superintendência Regional

RG – Relatório de Gestão

SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos

SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

SINARM – Sistema Nacional de Registro de Armas

TCU – Tribunal de Contas da União

T& D – Treinamento e Desenvolvimento

UG – Unidade Gestora

UO – Unidade Orçamentária

LISTA DE TABELAS, RELACÕES, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES, ETC.

<u>Título</u>	<u>Página</u>
Quadro 01 – Identificação da Unidade Jurisdicionada	09
Quadro 02 - Dados Gerais da Ação 2679	15
Quadro 03 - Dados Gerais da Ação 2720	16
Quadro 04 - Dados Gerais da Ação 2726	18
Quadro 05 - Dados Gerais da Ação 4572	19
Quadro 06 - Dados do Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI	20
Quadro 07 - Dados Gerais da Ação 8375	21
Quadro 08 - Dados do Programa 0750 – Apoio Administrativo	22
Quadro 09 - Dados Gerais da Ação 2000	23
Quadro 10 - Dados Gerais da Ação 2012	24
Quadro 11 - Despesas por Modalidade de Contratação.....	25
Quadro 12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa.....	26
Quadro 13 - Evolução de Gastos Gerais.....	27
Quadro 14 - Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa.....	29
Quadro 15 - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.....	30
Quadro 16 – Execução física e financeira das ações realizadas pela Unidade	32
Quadro 17 - Composição do Quadro de Recursos Humanos – Situação em 31/12/2009.....	34
Quadro 18 - Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009	34
Quadro 19 - Pagamento de Restos a Pagar - Exercício de 2009	37
Quadro 20 – Relação das Recomendações da CGU e suas Providências.....	43
Quadro 21 - Relatório de cumprimento das deliberações do TCU.....	44
Quadro 22 - Declaração do Responsável pela Área de Contratos	46

Sumário

Introdução.....	7
1 – Informações Gerais de Identificação	9
2 – Objetivos e Metas	12
2.1 – Responsabilidades Institucionais	12
2.1.2 – Objetivos Estratégicos	12
2.2 – Estratégia de Atuação	13
2.3 - Gestão orçamentária e financeira	14
2.3.1 – Programas/Ações	14
2.3.1.1 – Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade	15
2.3.1.1.1 – Ação 2679 - Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precusores Químicos.....	15
2.3.1.1.2 – Ação 2712 - Formação de Pessoal do Sistema de Justiça Criminal	16
2.3.1.1.3 – Ação 2726 - Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União	18
2.3.1.1.4 – Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.....	19
2.3.1.2 – Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI.....	20
2.3.1.2.1 – Ação 8375 - Campanha de Desarmamento	21
2.3.1.3 – Programa 0750 - Apoio Administrativo	21
2.3.1.3.1 – Ação 2000 - Administração da Unidade	22
2.3.1.3.2 – Ação 2012 – Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	24
2.4 – Desempenho Operacional.....	25
2.4.1 – Evolução das despesas	25
2.4.1.1 - Despesas por Modalidade de Contratação	25
2.4.1.2 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa	26
2.4.1.3 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa	29
2.4.1.4 - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.....	30
2.4.1.5 - Execução Física e Financeira das ações realizadas pela Unidade	32
2.4.2 – Indicadores de desempenho	33
2.4.3 – Análise do desempenho	33

3 - Recursos Humanos	34
4 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.....	36
5 – Informações sobre Restos a Pagar - 2009.....	37
6 - Transferências de Recursos Mediante Convênio, Acordo, Ajuste, Termo de Parceria ou Outros Instrumentos Congêneres	38
7 – Previdência Complementar Patrocinada.....	39
8 – Fluxo Financeiro de Projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos	40
9 – Renúncia Tributária	41
10 – Operações de Fundo	42
11 – Determinações dos Órgãos de Controle	43
11.1 – Recomendações da CGU	44
11.2 - Determinações e Recomendações do TCU	44
12 – Atos de Admissão, Desligamento, Concessão de Aposentadoria e Pensão Praticados em 2009	45
13 – Declaração da área responsável pelos Contratos e Convênios	46
14 – Outras Considerações	47
15 – Declaração do Contador Responsável pela Unidade Jurisdicionada	48

Introdução

O presente relatório tem por objetivo apresentar a análise do desempenho institucional e da gestão orçamentária e financeira da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Sergipe no ano de 2009, de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

O conteúdo geral deste Relatório está estruturado de forma sequencial segundo os itens relacionados no Anexo II, DN TCU nº 100/2009, ou seja: informações gerais de identificação, gestão orçamentária, recursos humanos, informações sobre restos a pagar, determinações e recomendações dos órgãos de controle interno e externo e declaração referente ao registro de contratos no sistema SIASG.

Os itens referentes a reconhecimento de passivos, transferências de recursos, previdência complementar, fluxo financeiro de projetos, renúncia tributária, operações de fundos, registro de atos de admissão, desligamentos e aposentadorias não se aplicam à natureza jurídica da Superintendência Regional, não tiveram ocorrências no período ou são executados pelo órgão central, Unidade Orçamentária da UG.

A Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Sergipe está estruturada em uma (01) Unidade Operacional, composta pela Sede da Superintendência, na Cidade de Aracaju.

Compõem a estrutura da Superintendência Regional, na sede, onze (11) Delegacias Especializadas (Delegacia Regional Executiva – DREX; Delegacia de Polícia de Imigração – DELEMIG; Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários – DELEPREV; Delegacia de Repressão a Entorpecentes – DRE; Delegacia de Defesa Institucional – DELINST; Delegacia de Controle de Segurança Privada – DELESP; Delegacia de Repressão a Crimes contra o Meio-Ambiente e Patrimônio Histórico – DELEMAPH; e Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado. DRCOR; Delegacia de Repressão a Crimes contra o Patrimônio – DELEPAT; Delegacia de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas – DELEARM; e Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários – DELEFAZ); além de três (3) Setores (Setor de Recursos Humanos – SRH; Setor de Administração e Logística Policial – SELOG e Setor Técnico-Científico – SETEC); oito (08) Núcleos (Núcleo de Tecnologia da Informação – NTI; Núcleo de Correições – NUCOR; Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira – NEOF; Núcleo Administrativo – NAD; Núcleo de Cartório – NUCART; Núcleo de Operações – NO; Núcleo de Disciplina – NUDIS; e Núcleo de Inteligência Policial – NIP); e 01 (uma) Corregedoria (Corregedoria Regional de Polícia Federal – COR).

Considerando que o Estado de Sergipe, em linhas gerais, dentre outras circunstâncias: - ocupa a 14ª posição do PIB per capita dos estados (dados de 2004); - faz divisa com os Estados da Bahia e Alagoas; - a principal malha rodoviária é a BR101, que atravessa todo Estado, por onde é realizado o escoamento externo e interno de mercadorias oriundas destes e de outros Estados da Federação; - é onde se encontra em operação o Porto de Sergipe, administrada pela Vale do Rio Doce, que se situa no município de Barra dos Coqueiros, a 15 km de Aracaju. Trata-se de um terminal *offshore* com um cais de acostagem a 2.400 m da linha da costa, abrigado por um quebra-mar de 550 m. A atracação é realizada na face interna em dois berços, com capacidade de atender navios com no máximo 30.000 TPB. A área do retroporto é de 200 ha, com 785.000 m² de área alfandegada. Tem capacidade para operar com cargas gerais; - o Aeroporto Santa Maria, em Aracaju, com entrada e saída de mercadorias e passageiros; - possui uma população de 1.624.175 (um milhão e seiscentos e vinte quatro mil e setenta e cinco) habitantes. Assim é que esta Superintendência Regional terminou concentrando seus

esforços no combate aos crimes de maior incidência no âmbito de sua circunscrição, quais sejam: o tráfico de drogas, o contrabando e o descaminho, crime financeiro, sonegação fiscal, fraudes contra a previdência social, corrupção e desvio de recursos federais.

Como resultado dos trabalhos da Polícia Federal, o Inquérito Policial Relatado é o seu produto final. Este vale tanto para as ações pró-ativas (operações policiais), quanto para as ações reativas (inquéritos instaurados por Portaria).

No ano de 2009, a SR realizou várias operações policiais, resultando no cumprimento de aproximadamente 58 (cinquenta e oito) mandados de busca e apreensão, 03 (três), prisões cautelares (flagrante, temporária e preventiva), fechamento de 73 empresas de segurança que operavam irregularmente, apreensão de 08 armas e 28 Kg de cocaína. No âmbito da criminalística, foram emitidos 321 Laudos, 17 Informações Técnicas e 23 Informações, referentes a crimes de diversas naturezas (financeiros, cibernéticos, ambientais, falsidade documental, locais de crime, acidente de trânsito, entorpecentes, dentre outros), apreensão de moedas falsificadas em cédula de R\$ 100,00 que totalizariam R\$ 3.400,00 e apreensão de 7.000.000 (sete milhões) de cigarros de procedência estrangeiras, 39 (trinta e nove) sindicâncias estrangeiras, 107 (cento e sete) navios fiscalizados, 87 (oitenta e sete) prorrogações de Turistas, 127 (cento e vinte e sete) autorizações para Embarque armado, 43 (quarenta e três) pedidos de Anistia, 186 (Cento e oitenta e seis) emissões de Carteira de Estrangeiro, 151 (cento e cinquenta e um) registros de Estrangeiro, sendo 126 (cento e vinte e seis) de registros temporários e 25 (vinte e cinco) permanentes, 96 (noventa e seis) Passaportes de Emergência – NÃO ICAO REGULAR, 4713 (quatro mil, setecentos e treze) Passaportes Comuns - ICAO REGULAR, 17 (dezessete) Passaportes Comuns – ICAO URGENTE e 05 (cinco) Passaportes para Estrangeiro – NÃO ICAO – REGULAR.

Com relação ao aspecto operacional reativo, foram instaurados 477 (quatrocentos e setenta e set) Inquéritos Policiais, há 758 (setecentos e cinquenta e oito) Inquéritos em andamento, 337 (trezentos e trinta e sete) Inquéritos relatados, 111 (cento e onze) Cartas precatórias, 20 (vinte) Registros especiais (LRE).

Considerando que em 2010 será um ano eleitoral, tem-se como estratégia de atuação desta Superintendência para 2010 a meta de priorizar a defesa institucional, combate aos crimes eleitorais e desvios de dinheiro público. Também continuarão sendo priorizadas as operações de combate ao tráfico de entorpecentes e aos crimes financeiros, mantendo a vigilância preventiva e corretiva.

1 – Informações Gerais de Identificação

Quadro 01 – Identificação da Unidade Jurisdicionada Poder e Órgão de vinculação

Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça		Código SIORG: 000316	
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora e Agregadora			
Denominação completa: Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Sergipe			
Denominação abreviada: Polícia Federal em Sergipe			
Código SIORG: 001158	Código LOA: Não se aplica	Código SIAFI: 200344	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública		Código CNAE: 8424-8/00	
Telefones/Fax de contato:	(079) 32348558	Fax: (079) 3234 8559	
Endereço eletrônico: sra.srse@dpf.gov.br			
Página da Internet: http://www.dpf.gov.br			
Endereço Postal: Avenida Augusto Franco, 2260, Siqueira Campos, CEP.: 49.075-100.			
Identificação de Unidade Jurisdicionada Agregada			
Número de Ordem: 01			
Denominação completa: Fundo de Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal – SE			
Denominação abreviada: FUNAPOL – SE			
Código SIORG: Não se aplica	Código LOA: Não se aplica	Código SIAFI: 200345	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública		Código CNAE: 8424-8/00	
Telefones/Fax de contato:	(079) 3234 8558	FAX (079) 3234 8559	
Endereço eletrônico: sra.srse@dpf.gov.br			
Página da Internet: http://www.dpf.gov.br			
Endereço Postal: Avenida Augusto Franco, 2260, Siqueira Campos, CEP.: 49.075-100.			
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
- Art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.			
- Transformação em SR - Port. 039, de 17/03/75, publicado no BS. 052, de 18/03/75.			

- Criação de DAS - Dec. 77.649, de 19/05/76, publicado no DOU. 097, de 20/05/76.

- Resumo histórico:

Criada como Sub-Delegacia Regional pela Port. 163, de 15/04/65, BS. 073, de 20/04/65. Transformada em Divisão pelo Dec.70.665, de 02/06/72, DOU. 104, de 05/06/72. Elevada para Superintendência Regional pela Port. 039/75, BS. 052/75.

FUNAPOL: - Lei Complementar 89, de 18.02.1997.

Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas

- Decreto nº 6.061, de 15.03.2007.

- Portaria nº 3.961/MJ, de 24.11.2009, que aprova o Regimento Interno.

- Instrução Normativa nº 13/DG-DPF, de 15.06.2005.

Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas

As atribuições da Polícia Federal estão definidas no Art. 144 da Constituição Federal:

“§ 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a:

I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;

II - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;

III - exercer as funções de polícia marítima, aérea e de fronteiras;

III - exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;

IV - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.”

Além da Constituição Federal as normas abaixo também norteiam a atuação da Instituição:

- Lei Complementar nº 089/1997 (Institui FUNAPOL);

- Lei nº 2.889/1956 (crime de genocídio);

- Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP);

- Lei nº 5.010/1966 (Organiza Justiça Federal)

- Lei nº 6.001/1973 (Estatuto do Índio);

- Lei nº 6.815/1980 e Decreto nº 86.715/1981(Estrangeiros);

- Lei nº 7.102/1983 (Segurança Privada);

- Lei nº 7.170/1983 (Crimes contra a Segurança Nacional, a Ordem Política e Social);

- Lei 9.017/1995 (Segurança Privada);
- Lei nº 9.807/1999 (Proteção a Testemunhas);
- Lei nº 10.357/2001 (Produtos Químicos);
- Lei nº 10.446/2002 (Crimes de repercussão Interestadual);
- Lei nº 10.683/2003 (Organização da Presidência da República);
- Lei nº 10.826/2003 (SINARM);
- Decreto-lei nº 6.378/1944 (Transformou Polícia Civil do DF em DFSP);
- Decreto-Lei nº 9.353/1946 (novas atribuições DFSP);
- Decreto nº 1.983/1996 (Passaporte);
- Decreto nº 5.834/2006 (Regimento do MJ);
- Portaria MJ nº 1.300, de 04 de setembro de 2003. (Regimento interno DPF);
- Instrução Normativa N° 013/2005-DG/DPF (competências e atribuições das unidades do DPF).

2 – Objetivos e Metas

2.1 – Responsabilidades Institucionais

O Departamento de Polícia Federal é um órgão do Ministério da Justiça, que tem suas raízes na Intendência Geral da Polícia da Corte do Estado do Brasil de Dom João VI de 1808, a qual foi posteriormente transformada em Departamento Federal de Segurança Pública, Decreto- Lei 6378/44, tomando a sua atual constituição por meio do Decreto-Lei nº 200/1967, e faz parte, portanto, da administração direta do Governo Federal. A Polícia Federal é representada nos Estados por suas Superintendências, que executam suas próprias receitas, como unidades gestoras, como a Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em Sergipe.

As atribuições da Polícia Federal estão previstas na Constituição Federal, sendo um dos agentes responsáveis pela segurança pública nacional devendo atuar na preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público. Mais especificamente a Polícia Federal deve *“apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; e exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.”* (art. 144, Parágrafo §1º, inciso I, Constituição Federal).

Dessa forma, a Polícia Federal apura os crimes contra o meio ambiente, contra a ordem tributária, contra o Sistema Financeiro de Habitação, contra a Previdência Social, contra os serviços postais, contra a organização do trabalho, contra os índios, contra os direitos humanos, os crimes eleitorais, de genocídio, de tráfico ilícito de drogas, dentre outros.

Cabe, ainda, à Polícia Federal às seguintes atribuições: Controle Migratório (Lei nº 6.815/1980 - Estatuto do Estrangeiro), Controle de Armas (Lei nº 10.826/2003 -SINARM); Controle de Empresas de Segurança Privada (Lei nº 7.102/1983 e Lei nº 9.017/1995); Controle de Precursores Químicos - que possam ser utilizados no preparo de substâncias entorpecentes (Lei nº 10.357/2001); Segurança de Dignitários - oficiais e autoridades estrangeiras (Lei nº 4.483/1964); Identificação Criminal e Civil (Lei nº 4.483/1964); Segurança ao Patrimônio da União coibindo turbação ou esbulho possessório (Lei nº 10.683/2003), Serviço de Estatística Criminal (Código de Processo Penal), Controle de Conflitos Fundiários (Decreto nº 5.834/2004), Representação Externa – INTERPOL (Lei nº 4.483/1964), e de Proteção à Testemunhas (Lei 9.807/1999).

Assim, a Superintendência de Polícia Federal em Sergipe exerce todas essas atividades, direta ou indiretamente, no âmbito de sua circunscrição.

2.1.2 – Objetivos Estratégicos

No ano de 2009 foram eleitos de forma ampla pela Direção-Geral os seguintes objetivos estratégicos da instituição:

- ✓ Melhoria da Gestão;
- ✓ Combate à Corrupção;
- ✓ Combate ao Narcotráfico;
- ✓ Combate aos crimes contra o Meio-Ambiente;
- ✓ Inserção Internacional.

Ademais, vale dizer, que toda a atuação da instituição se foca no atendimento da MISSÃO da instituição que é “Manter a lei e a ordem para a preservação da segurança pública, no estado democrático de direito, cumprindo as atribuições constitucionais e infraconstitucionais, mediante estratégias, no exercício das funções de polícia administrativa e judiciária.”

Isso para atingir a sua VISÃO DE FUTURO que é “Tornar a Polícia Federal uma referência mundial em segurança pública para, no cumprimento de suas atribuições, garantir a manutenção da lei e da ordem interna e externa, em cooperação com os estados soberanos, como valores fundamentais da dignidade humana”.

Tendo como norte as diretrizes da Direção-Geral, bem com a missão e visão de futuro da instituição a Superintendência de Polícia Federal do Estado de Sergipe atuou em todas as áreas de sua circunscrição e em conformidade com as atribuições definidas no Art. 144 da Constituição Federal, tanto preventiva como corretivamente, chegando ao patamar satisfatório, levando em conta que o Estado de Sergipe é o menor Estado da Federação, atingindo um quantitativo de aproximadamente 58 (cinquenta e oito) mandados de busca e apreensão, 03 (três), prisões cautelares (flagrante, temporária e preventiva), fechamento de 73 empresas de segurança que operavam irregularmente, apreensão de 08 armas e 28 Kg de cocaína. No âmbito da criminalística, foram emitidos 321 Laudos, 17 Informações Técnicas e 23 Informações, referentes a crimes de diversas naturezas (financeiros, cibernéticos, ambientais, falsidade documental, locais de crime, acidente de trânsito, entorpecentes, dentre outros), apreensão de moedas falsificadas em cédula de R\$ 100,00 que totalizariam R\$ 3.400,00 e apreensão de 7.000.000 (sete milhões) de cigarros de procedência estrangeiras, 39 (trinta e nove) sindicâncias estrangeiras, 107 (cento e sete) navios fiscalizados, 87 (oitenta e sete) prorrogações de Turistas, 127 (cento e vinte e sete) autorizações para Embarque armado, 43 (quarenta e três) pedidos de Anistia, 186 (Cento e oitenta e seis) emissões de Carteira de Estrangeiro, 151 (cento e cinquenta e um) registros de Estrangeiro, sendo 126 (cento e vinte e seis) de registros temporários e 25 (vinte e cinco) permanentes, 96 (noventa e seis) Passaportes de Emergência – NÃO ICAO REGULAR, 4713 (quatro mil, setecentos e treze) Passaportes Comuns - ICAO REGULAR, 17 (dezessete) Passaportes Comuns – ICAO URGENTE e 05 (cinco) Passaportes para Estrangeiro – NÃO ICAO – REGULAR.

2.2 – Estratégia de Atuação

No exercício de 2009 a atuação da Superintendência Regional no Estado de Sergipe abrangeu diversas operações de combate ao crime organizado, seguindo as diretrizes da Direção Geral com orientação das delegacias e coordenações das respectivas áreas.

Para atender aos objetivos propostos foram realizadas ações de valorização e capacitação dos servidores (aplicado R\$ 25.558,44), de racionalização dos recursos orçamentários disponíveis e na realização de parcerias e integração com outras instituições públicas, como a Receita Federal do Brasil, a Controladoria Geral da União e a Justiça Federal.

Também integra o plano de ação a melhoria constante nas diversas áreas especializadas envolvidas nas investigações e nas atividades desempenhadas por esta Unidade, destacando o Núcleo de Inteligência, o qual tem contribuído significativamente no sucesso das operações. Nos treinamentos referentes às áreas operacionais foi considerada a troca de experiências e conhecimentos nas esferas

local, estadual e nacional da Polícia Federal e das instituições envolvidas, com outras entidades: Corpo de Bombeiros do Estado de Sergipe, Polícias Militar e Civil.

2.3 - Gestão orçamentária e financeira

Quadro 02- Identificação das Unidades Orçamentárias responsáveis pela programação da Unidade

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL	30108	200344
FUNDO PARA APARELHAMENTO E OPERACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES-FIM DA POLÍCIA FEDERAL - FUNAPOL	30909	200345

2.3.1 – Programas/Ações

O Departamento de Polícia Federal tem sob sua responsabilidade, direta em suas atividades finalísticas, no PPA 2008-2011, dois programas de governo: Prevenção e Repressão à Criminalidade e Modernização da Polícia Federal. Esses programas abrangem atividades de fiscalização e controle de empresas de produção, transporte e comércio de precursores químicos, ações de caráter sigiloso na área de Segurança Pública, prevenção e repressão a crimes praticados contra bens, serviços e interesses da União, capacitação de seus servidores.

O programa de Apoio Administrativo, que representa a maior parte dos recursos administrados pela SR, abrange a administração da unidade e as ações de informática para manutenção das atividades de apoio, considerando a terceirização de serviços de limpeza, manutenção predial, custeio de aluguéis, aquisição de bens permanentes e de material de consumo.

Esta Superintendência, também, executou recursos do programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, do Ministério da Justiça, na ação da Campanha do Desarmamento.

2.3.1.1 – Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade

No âmbito das ações finalísticas voltadas à redução da criminalidade, mediante a repressão ao tráfico de drogas, de armas e à lavagem de dinheiro, das ações de combate à corrupção e ao crime organizado, entre outras, por parte da Polícia Federal, tem-se o Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade.

Quadro 03- Dados do Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade e suas Ações

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo Geral	Modernizar, fortalecer e integrar as instituições de Segurança Pública e Justiça
Objetivos Específicos	Reduzir a criminalidade, intensificando o combate às organizações criminosas e aos crimes sob a competência da União
Gerente de Programa	Não informado
Responsável pelo Programa no âmbito da UJ	José Grivaldo de Andrade
Indicador(es) para avaliação do programa	Prazo de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal
Público-alvo (beneficiários)	Sociedade

Código	Tipo¹	Descrição da Ação
2679	A	Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos.
2720	A	Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública.
2726	A	Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União
4572	A	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.

Fonte: SIGPLAN

2.3.1.1.1 – Ação 2679 - Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos

Quadro 04 - Dados Gerais da Ação 2679

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Promover ações de fiscalização e controle do uso de produtos químicos, utilizáveis na produção de substâncias entorpecentes e/ou psicotrópica, não permitindo que sejam utilizados na produção de drogas.
Descrição	Realização de operações rotineiras e/ou emergenciais no sentido de prevenir, combater e debelar o desvio de finalidade na utilização de produtos químicos submetidos a controle, utilizáveis na produção de substâncias entorpecentes e/ou psicotrópicas, como cocaína, heroína, LSD, entre outros. Realizar Controle Administrativo por meio do cadastramento e licenciamento das pessoas jurídicas e físicas com a emissão dos documentos de controle, além da recepção e processamento das informações relacionadas às atividades submetidas a controle no comércio interno e externo, bem como instauração de processos administrativos de infração visando a apuração de infrações previstas na Lei nº 10.357/01 e aplicação de sanções.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Divisão de Controle de Produtos Químicos
Coordenador nacional da ação	José Alberto Maciel Costa
Unidades executoras	200345
Produto (unidade de medida)	Documento Emitido (UNIDADE)

Fonte: SIGPLAN

Considerações:

No exercício de 2009, foram executadas as seguintes despesas:

2679 - Despesas empenhadas R\$ 81.806,41 (oitenta e um mil oitocentos e seis reais e quarenta e um centavos). Despesas liquidadas/pagas R\$ 72.812,51 (setenta e dois mil oitocentos e doze reais e cinquenta e um centavos). Restos a pagar não processados R\$ 8.993,90 (oito mil novecentos e noventa e três reais e noventa centavos).

Foram fiscalizadas e renovadas 95 (noventa e cinco) empresas da área de produtos químicos controlados, 17 (dezessete) inspeções prévias e emitidos 23 (vinte e três) certificados de registros cadastrais.

¹ Tipo de Ação: P – Projeto; A – Atividade; OP – Operação Especial

Os valores foram aplicados na modernização do setor, com aquisição equipamentos e mobiliários e nas atividades relativa à Delegacia.

2.3.1.1.2 – Ação 2720 - Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública

Quadro 05 - Dados Gerais da Ação 2720

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Planejar e executar operações de inteligência e de caráter sigiloso.
Descrição	Mobilização dos meios necessários e execução de operações policiais visando ao mapeamento, identificação e combate das organizações criminosas e suas ramificações, bem como as operações de correções disciplinares e de combate à corrupção interna.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Ademir Dias Cardoso Júnior
Unidades executoras	200345
Produto (unidade de medida)	Ação realizada (UNIDADE)

Fonte: SIGPLAN

Considerações:

No exercício de 2009, foram executadas as seguintes despesas:

2720 - Despesas empenhadas: R\$ 6.989,61 (seis mil novecentos e oitenta e nove reais e sessenta e um centavos). Despesas liquidadas/pagas: R\$ 6.989,61 (seis mil novecentos e oitenta e nove reais e sessenta e um centavos).

Na execução de despesas referentes às ações de caráter sigiloso predomina a utilização de Suprimento de Fundos, principalmente, em razão desta forma excepcional de execução da despesa que permite a manutenção do sigilo na aquisição de material, na prestação de serviços e no pagamento de despesas diversas que exigem pronto pagamento e não podem esperar o procedimento ordinário de execução.

As despesas foram realizadas pela Unidade Gestora da própria SR, considerando que esta é responsável pelo apoio orçamentário e financeiro de todas as delegacias.

Os principais entorpecentes apreendidos foram cocaína (28 Kg em 2009; 54 Kg em 2008), com uma diminuição na apreensão de maconha de 4 Kg em 2009 para 1 Kg em 2008.

No exercício de 2009 foram realizadas várias ações de inteligência com a finalidade de apoiar as operações ordinárias de todas as unidades da SR no Estado de Sergipe.

A maior dificuldade para realizar as Ordens de Missão Policial foi a falta de disponibilidade orçamentária e financeira para cobrir despesas com diárias.

2.3.1.1.3 – Ação 2726 - Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União

Quadro 06 - Dados Gerais da Ação 2726

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Combater o contrabando e o descaminho, os crimes contra as propriedades intelectual e industrial (pirataria), os crimes cometidos por meio da rede mundial de computadores (cibernéticos), o tráfico de seres humanos, a exploração sexual infanto-juvenil e a pedofilia; reprimir o trabalho escravo; apurar conflitos agrários e fundiários; combater os crimes contra a previdência social, contra os direitos humanos, contra as comunidades indígenas e outros crimes contra bens, serviços e interesses da União, atuando de forma integrada com todas as áreas do Departamento e com os demais órgãos afins. Executar as medidas assecuratórias da incolumidade física de Representantes dos Poderes da República, Autoridades Brasileiras e Estrangeiras em visita ao Território Nacional. Fiscalizar e controlar as empresas de segurança privada em todo o país.
Descrição	Desenvolvimento de atividades de inteligência; mapeamento e ocupação de áreas; processamento de informações; execução de investigações, perícias, interrogatórios, acareações, reconstituições e de outras ações relevantes à elucidação de crimes; custeio de despesas com o deslocamento de agentes; aquisição de equipamentos de uso policial; dentre outros. Planejamento, coordenação e execução de operações e atividades voltadas para a garantia da integridade física de representantes dos Poderes da República, autoridades brasileiras e estrangeiras em visita ao Território Nacional. Concepção e implantação de um conjunto de iniciativas para o fortalecimento do controle de armas de fogo e munição em todo o Território Nacional. Realizar operações de fiscalização voltadas para a implementação de um efetivo controle das atividades relacionadas à fabricação, importação, exportação, registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição em todo o Território Nacional.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Claudio Ferreira Gomes
Unidades executoras	200345
Produto (unidade de medida)	Operação realizada (UNIDADE)

Fonte: SIGPLAN

Considerações:

No exercício de 2009, foram executadas as seguintes despesas:

2726 - Despesas empenhadas: R\$ 788.817,78 (setecentos e oitenta e oito mil oitocentos e dezessete reais e setenta e oito centavos). Despesas liquidadas/pagas: R\$ 788.817,78 (setecentos e oitenta e oito mil oitocentos e dezessete reais e setenta e oito centavos).

Nesta ação é empregada boa parte dos recursos destinados a área finalística da SR em Sergipe. Foram empenhados R\$ 788.817,78 (setecentos e oitenta e oito mil oitocentos e dezessete reais e

setenta e oito centavos). Despesas liquidadas/pagas: R\$ 788.817,78 (setecentos e oitenta e oito mil oitocentos e dezessete reais e setenta e oito centavos), sendo 100 % liquidado e pago dentro do próprio exercício.

Foram realizadas várias operações policiais com a finalidade de repressão a crimes praticados contra bens, serviços e interesses da União, além de ações de prevenção e combate ao crime organizado. Foram emitidos pelo Setor Técnico-Científico, 321 Laudos, 17 Informações Técnicas e 23 Informações, referentes a crimes de diversas naturezas (financeiros, cibernéticos, ambientais, falsidade documental, locais de crime, acidente de trânsito, entorpecentes, dentre outros).

As ações atingidas pela SR/SE em 2009 foram: 477 inquéritos instaurados, 337 inquéritos relatados, 37 termos circunstanciados, 111 cartas precatórias e 20 registros especiais (LRE). Foram cumpridos 58 (cinquenta e oito) mandados de busca e apreensão, 03 (três) prisões cautelares (flagrante, temporária e preventiva).

2.3.1.1.4 - Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Quadro 07 - Dados Gerais da Ação 4572

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Laura Vilella Rosa Tacca
Unidades executoras	200345
Produto (unidade de medida)	Servidor Capacitado (UNIDADE)

Fonte: SIGPLAN

Considerações:

No exercício de 2009, foram executadas as seguintes despesas:

4572 - Despesas empenhadas: R\$ 25.558,44 (vinte e cinco mil quinhentos e cinquenta e oito reais e quarenta e quatro centavos). Despesas liquidadas/pagas: R\$ 25.558,44 (vinte e cinco mil quinhentos e cinquenta e oito reais e quarenta e quatro centavos).

Com o objetivo de qualificar os servidores do Departamento de Polícia Federal, foram disponibilizados através do T&D, cursos a vários servidores desta SR, totalizando num valor de R\$ 25.558,44 (vinte e cinco mil quinhentos e cinquenta e oito reais e quarenta e quatro centavos). O

valor utilizado em 2008 foi de R\$ 800,00, ocorrendo um aumento de 3194,81%, uma valorização expressiva.

2.3.1.2 – Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI

O Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, de responsabilidade do Ministério da Justiça, conta com a participação da Polícia Federal na execução da Ação 8375 - Campanha de Desarmamento.

Quadro 08 - Dados do Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo Geral	Modernizar, fortalecer e integrar as instituições de Segurança Pública e Justiça
Objetivos Específicos	Enfrentar a criminalidade e a violência, nas suas raízes sociais e culturais e reduzir de forma significativa seus altos índices em territórios de descoesão social.
Gerente de Programa	Ronaldo Teixeira da Silva
Responsável pelo Programa na UJ	José Grivaldo de Andrade
Indicador(es) para avaliação do programa	Taxa de Homicídios (1/100.000 habitantes)
Público-alvo (beneficiários)	Adolescentes e jovens vítimas da violência, em situação de risco social ou em conflito com a lei, e suas famílias; operadores de segurança pública e as comunidades residentes nos territórios de descoesão social.

Fonte: SIGPLAN

2.3.1.2.1 – Ação 8375 - Campanha de Desarmamento

Quadro 09 - Dados Gerais da Ação 8375

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Promover a campanha nacional de desarmamento e o pagamento de indenização pela entrega de armas de fogo.
Descrição	Realização de Campanha Nacional de Desarmamento, publicação de material informativo nas diversas mídias; recepção, acondicionamento, destino e pagamento de indenizações pela entrega de arma de fogo. Aperfeiçoamento do sistema de controle de armas e munições, a partir da contratação de empresas especializadas no desenvolvimento de soluções tecnológicas.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Justiça
Coordenador nacional da ação	Cristina Gross Villanova
Unidades executoras	200344
Produto (unidade de medida)	Indenização paga (unidade)

Fonte: SIGPLAN

Considerações:

No exercício de 2009, foram executadas as seguintes despesas:

8375 - Despesas empenhadas: R\$ 21.778,44 (vinte e um mil setecentos e setenta e oito reais e quarenta e quatro centavos). Despesas liquidadas/pagas: R\$ 21.778,44 (vinte e um mil setecentos e setenta e oito reais e quarenta e quatro centavos).

O Departamento de Polícia Federal, em todos os Estados da Federação, é o executor da Campanha do Desarmamento, que consiste na entrega de arma de fogo mediante indenização, que inclusive passou a ter caráter permanente. Esta ação visa precipuamente ao pagamento das referidas indenizações, mas também tem o objetivo de fomentar de outras formas a ação, tendo servido como fundo inclusive para a Campanha de Regularização realizada em 2009.

No Estado de Sergipe, a Polícia Federal pagou R\$ 21.778,44 (vinte e um mil setecentos e setenta e oito reais e quarenta e quatro centavos) a título de indenizações, cujo valor está compatível com a arrecadação devido a campanha dos anos anteriores. Foram arredadas 102 armas de fogo e regularizadas 1010 armas de fogo, tendo sido adotadas iniciativas de interiorização das campanhas.

No exercício de 2008, foram arrecadadas 141 armas de fogo e regularizadas 768 armas de fogo, tendo sido adotadas iniciativas de interiorização das campanhas. Constatamos uma diminuição na entrega de arma de 27,66%, e um aumento na regularização de 23,96%.

2.3.1.3 - Programa 0750 - Apoio Administrativo

O Programa 0750 – Apoio Administrativo é um programa padronizado referente ao custeio da máquina estatal. Tem por objetivo intensificar as ações de apoio administrativo aos trabalhos operacionais da Polícia Federal. Consiste no aprimoramento da gestão, visando alcançar maior eficiência e eficácia no cumprimento das missões constitucionais do Departamento de Polícia Federal.

As ações desenvolvidas por esta Superintendência Regional dentro do programa em tela é a Ação 2000 – Administração da Unidade e Ação 2012 – Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados, as quais englobam a maior parte dos gastos da Unidade.

Quadro 10 - Dados do Programa 0750 – Apoio Administrativo

Tipo de programa		Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
Objetivo Geral		Não informado
Objetivos Específicos		Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos
Gerente de Programa		Não informado
Responsável pelo Programa		José Grivaldo de Andrade
Indicadores para avaliação do programa		Este Programa não possui indicadores.
Público-alvo (beneficiários)		Governo
Código	Tipo²	Descrição da Ação
2000	A	Administração da Unidade

Fonte: SIGPLAN

2.3.1.3.1 – Ação 2000 - Administração da Unidade

Quadro 11 - Dados Gerais da Ação 2000

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.

² Tipo de Ação: P – Projeto; A – Atividade; OP – Operação Especial

Descrição	A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes e 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis. Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Não há coordenador vinculado
Unidades executoras	200345
Produto (unidade de medida)	Não há produto para esta Ação

Fonte: SIGPLAN

Considerações:

No exercício de 2009, foram executadas as seguintes despesas:

2000 - Despesas empenhadas: R\$ 11.504,11 (onze mil quinhentos e quatro reais e onze centavos). Despesas liquidadas/pagas: R\$ 11.504,11 (onze mil quinhentos e quatro reais e onze centavos).

Quadro 12 - Dados Gerais da Ação 2000

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes e 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis. Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística,

	devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Não há coordenador vinculado
Unidades executoras	200344
Produto (unidade de medida)	Não há produto para esta Ação

Fonte: SIGPLAN

Considerações:

No exercício de 2009, foram executadas as seguintes despesas:

2000 - Despesas empenhadas: R\$ 2.441.745,74 (dois milhões quatrocentos e quarenta e um mil setecentos e quarenta e cinco reais e setenta e quatro centavos). Despesas liquidadas/pagas: R\$ 2.441.745,74 (dois milhões quatrocentos e quarenta e um mil setecentos e quarenta e cinco reais e setenta e quatro centavos). Despesas inscritas em Restos a Pagar: Não processado R\$ 253.551,49 (duzentos e cinqüenta e três mil quinhentos e cinqüenta e um reais e quarenta e nove centavos).

A execução da Ação 2000 é fator impactante no desempenho operacional da Polícia Federal, uma vez que financia as despesas das atividades-meio necessárias à gestão e administração da Unidade, como por exemplo: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular da PF; manutenção e conservação de imóveis próprios ou alugados da Superintendência e suas Delegacias; pagamento de diárias e passagens; e outras.

2.3.1.3.2 – Ação 2012 – Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

Quadro 13 - Dados Gerais da Ação 2012

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes e

	<p>2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis.</p> <p>Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.</p>
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Não há coordenador vinculado
Unidades executoras	200344
Produto (unidade de medida)	Não há produto para esta Ação

Fonte: SIGPLAN

Considerações:

No exercício de 2009, foram executadas as seguintes despesas:

2012 - Despesas empenhadas: R\$ 7.268,44 (sete mil duzentos e sessenta e oito reais e quarenta e quatro centavos). Despesas liquidadas/pagas: R\$ 7.268,44 (sete mil duzentos e sessenta e oito reais e quarenta e quatro centavos).

2.4 – Desempenho Operacional

2.4.1 – Evolução das despesas

2.4.1.1 - Despesas por Modalidade de Contratação

Quadro 14 - Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	Exercícios			
	2008	2009	2008	2009
Licitação				

1º elemento de despesa	xxxx	xxxx	xxxx	xxxx	xxxx	xxxx	xxxx	xxxx
3- Outras Despesas Correntes	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
14 - DIARIAS - PESSOAL CIVIL	766907,98	959157,10	766907,98	959157,10	xxxx	xxxx	766907,98	959157,10
30 - MATERIAL DE CONSUMO	418146,82	268174,85	333661,89	268174,85	84.484,18	xxxx	333661,89	268174,85
33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	223907,42	195055,58	223907,42	195055,58	xxxx	xxxx	223907,42	195055,58
36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	3500,00	5090,00	3500,00	5090,00	xxxx	xxxx	3500,00	5090,00
37 - LOCAÇÃO DE MAO-DE-OBRA	201.571,91	243737,31	201.571,91	221231,91	xxxx	22505,40	201.571,91	221231,91
39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA	1003338,50	1217150,52	987066,08	1119071,00	16.272,42	56.731,47	987066,08	1119071,00
41 - CONTRIBUICOES	xxxx	298,00	xxxx	298,00	xxxx	xxxx	xxxx	298,00
92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2792,98	17470,65	2792,98	267557,58	xxxx	6524,13	2792,98	267557,58
93 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	165370,41	256897,42	163670,41	250373,29	1700,00	6524,13	163670,41	250373,29
4- Investimentos	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
52 - EQUIP.E MATERIAL PERMANENTE - OP.INTRA-ORC	370243,49	213493,34	187331,49	36708,95	182912,00	176784,39	187331,49	36708,95

Quadro 16 - Evolução de Gastos Gerais

Descrição	ANO		
	2007	2008	2009
1. PASSAGENS	231.823,11	223907,42	195.055,58
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE	839.013,03	766.907,98	959.157,10

DESPESAS EM VIAGENS			
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS			
3.1 Publicidade	XXXX	6.240,00	5.000,00
3.2 Vigilância, Limpeza e Conservação	171.265,20	121.813,79	243.737,31
3.3 Tecnologia da Informação	169.200,55	28.200,10	194.241,52
3.4 Outras Terceirizações	XXXX	XXXX	XXXX
4. CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL	8.270,20	30.642,73	45.500,00
5. SUPRIMENTO DE FUNDOS	XXXX	XXXXXX	XXXX
TOTAIS	1.419.572,09	1.177.711,62	1642691,51

Considerações

Devido ao sistema de cotas aplicado pela COF/DLOG/DPF (Coordenação Orçamentária e Financeira), cujos valores repassados para as SRs ficam atrelados aos contratos existentes nas UJ e as solicitações com justificativas que comprovem a real necessidade do serviço ou aquisição de material não previsto em contratos continuados, concomitantemente com a disponibilidade orçamentária do Órgão, o contingenciamento de créditos orçamentários e despesas financeiras ocorridos no exercício de 2009 provocaram um efeito considerado bom, porque atendeu substancialmente as despesas da Superintendência do DPF em Sergipe.

Medidas tomadas pelo Setor de Logística Policial – SELOG, como: revisão no sistema hidro-sanitário (redução no consumo de água de 25% aproximadamente); mudança na faixa de tarifa do fornecimento de energia elétrica para horo-sazonal (redução de aproximadamente de 40% na fatura mensal); controle efetivo das viaturas (manteve o consumo efetivo das viaturas por quilometragem rodada); e demais medidas administrativas, contribuíram para aplicação dos recursos orçamentários e financeiros de maneira racional desta SR.

O repasse orçamentário e financeiro de determinadas despesas (por exemplo, pagamento de diárias) do exercício de 2009 foi repassado após a data de vencimento, ação que provocou evento negativo (sabemos que tal evento corre alheio a vontade da COF).

2.4.1.3 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro 17 - Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
4 - Investimentos	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
52 – EQUIP.E MATERIAL PERMANENTE – OP.INTRA-ORC	370243,49	213493,34	187331,49	36708,95	182912,00	176784,39	187331,49	36708,95
5 - Inversões Financeiras	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
XXXX	XXXX	XXXX	XXXX	XXXX	XXXX	XXXX	XXXX	XXXX
6 - Amortização da Dívida	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
XXXX	XXXX	XXXX	XXXX	XXXX	XXXX	XXXX	XXXX	XXXX

Considerações

A aquisição de material permanente é feita a medida da necessidade da UJ. A gestão procura suprir em todos os aspectos o ambiente de trabalho, dando condições adequadas aos servidores para desenvolver suas atividades profissionais, compatível com o profissionalismo da Polícia Federal.

2.4.1.4 - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo

Quadro 18 - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0662 – Ação: 2679, 2720, 2726 e 4572		Denominação: Prevenção e Repressão à Criminalidade				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
Não se Aplica ¹		903.172,24	894.178,74	8.993,90	894178,34	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência ²			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício ³
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Prazo de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal (dias)	01/12/2006	79	70	75	99,99*
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Tempo médio gasto entre a abertura e conclusão de inquéritos policiais na Polícia Federal. (Estes cálculos são realizados pela CTI, foi solicitado que seja elaborada planilha contemplando todas as Superintendências que será divulgada na página da intranet da DLOG brevemente)						
Análise do Resultado Alcançado:						
Análise desenvolvida pelo Gestor quanto ao valor alcançado pelo indicador no exercício, discriminando as causas e conseqüências deste resultado.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Foram instaurados 477 (quatrocentos e setenta e sete) Inquéritos Policiais, 337 (trezentos e trinta e sete) Inquéritos relatados, perfazendo num total concluído de 70,65%	31/12/2009	0,00%	100%	Sem previsão	70,65%
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Relação percentual entre o número de inquéritos policiais concluídos em todas as unidades operacionais do órgão e o total de inquéritos policiais instaurados.						
Análise do Resultado Alcançado:						
O índice alcançado é satisfatório, tendo em vista o nível de dificuldade na elucidação de algumas investigações.						

¹ As Superintendências operam apenas na execução orçamentária de ações. Não há dotação específica. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

² A Referência informada é a constante no PPA, estabelecida pelo DPF considerando os números globais da Polícia Federal.

³ O índice informado se refere apenas ao desempenho desta superintendência. Este índice é calculado pela CTI, foi solicitado que seja elaborada planilha contemplando todas as Superintendências que será divulgada na página da intranet da DLOG brevemente.

Considerações

O índice alcançado é satisfatório, tendo em vista o nível de dificuldade na conclusão de algumas investigações de alta complexidade. O fluxo de processo é saneado de maneira a atingir índice de aceitação produtiva, com percentual acima de 50%.

Com relação ao Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal, não há indicadores a serem avaliados.

2.4.1.5 - Execução Física e Financeira das ações realizadas pela Unidade

Quadro 19 – Execução física e financeira das ações realizadas pela Unidade

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo ¹	Prio ²	Unidade Medida	Meta Física ³			Meta Financeira		
							Prev.	Real.	Para 2010	Prev.	Real	Para 2010
06	122	0750	2000	A		NA	NA	NA	NA	NA	NA	
06	306	0750	2012	A		NA	NA	NA	NA	NA	NA	
06	422	1453	8375	A		NA	NA	NA	NA	NA	NA	
09	272	0089	0181	OP		NA	NA	NA	NA	NA	NA	
06	125	0662	2679	A		NA	NA	NA	NA	NA	NA	
06	128	0662	4572	A		NA	NA	NA	NA	NA	NA	
06	181	0662	2726	A		NA	NA	NA	NA	NA	NA	
06	183	0662	2720	A		NA	NA	NA	NA	NA	NA	

¹ Tipo da Ação: P – Projeto; A – Atividade e OP – Operação Especial

² Prioridade: 1 – Ação do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) exceto PPI, 2 – Ação do PPI (Projeto Piloto de Investimento), 3 – Demais ações prioritárias, 4 – Ação não prioritária;

³ O campo preenchido como “NA” – Não se Aplica está seguindo a orientação da CGU para o caso da UJ operar apenas como executora da ação. As metas físicas e financeiras estabelecidas na LOA e constante no SIGPLAN se referem a todo DPF.

Considerações

O Estado de Sergipe é o menor da Federação, o qual, não fica isento das mazelas dos crimes organizados. A Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em Sergipe tem estrutura para atender ao policiamento preventivo e corretivo. A execução física e financeira das ações realizadas pela Unidade tem conseguido êxito, sustentado pelos dados citados neste relatório. Tal relato, não significa que a liberação orçamentária e financeira seja suficiente, mas atende na medida do possível.

3 - Recursos Humanos

Quadro 20 - Composição do Quadro de Recursos Humanos – Situação em 31/12/2009

Composição do Quadro de Recursos Humanos Situação apurada em 31/12/2009			
Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal
Estatutários	Σ	Σ	Não há informação ¹
Próprios	161	-	
Requisitados	-	-	
Celetistas	-	-	
Cargos de livre provimento	Σ	Σ	
Estatutários	-	-	
Não Estatutários	-	-	
Terceirizados	-	-	
Total			

Fonte: SIAPE

¹ - O Departamento de Polícia Federal não possui levantamento quanto ao quantitativo ideal de servidores para os seus quadros.

Quadro 21 - Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009

QUADRO PRÓPRIO						
TIPOLOGIA	Qtd.	Vencimentos e vantagens fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações
Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)						
2007	149	15.305.624,45	363.533,89	901.885,18	26.817,70	273.197,08
2008	149	18.248.139,71	671.522,85	1.098.888,47	90.791,05	283.439,62
2009	161	21.989.240,87	658.025,30	651.949,51	95.241,58	268.336,20
Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)						
2007	-	-	-	-	-	-
2008	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-
Cargo de Provimento em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)						
2007	-	-	-	-	-	-
2008	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-
Requisitados com ônus para a UJ						
2007	-	-	-	-	-	-
2008	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-

Requisitados sem ônus para a UJ								
2007	-	-	-	-	-	-	-	
2008	-	-	-	-	-	-	-	
2009	-	-	-	-	-	-	-	
QUADRO TERCEIRIZADO								
Finalidade	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo		Atividades de Área-fim		Estagiários	
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo
2007	-	-	-	-	xxxx	xxxx	xxx	xxx
2008	-	-	-	-	xxxx	xxxx	xxx	xxx
2009	14	187816,54	4	155876,29	xxxx	xxxx	xxx	xxx

Fonte: SIAPE

(orientações para o preenchimento dos quadros acima, vide PORTARIA-TCU nº 389/2009, páginas 40 a 42)

Considerações

Fazer análise crítica da situação dos recursos humanos da Superintendência e seus efeitos no médio e longo prazo. Na avaliação entre 2007-2009, havendo relevante alteração no quantitativo/valor utilizar gráfico para evidenciar.

Sem prejuízo de outras abordagens que a Superintendência considere adequado, interessa informar sobre:

- ✓ Adequação quantitativa e qualitativa dos quadros à missão organizacional;
- ✓ Adequação dos quantitativos de área-meio em relação à área-fim;
- ✓ Desempenho funcional dos servidores e funcionários;
- ✓ Necessidades de redução ou ampliação do Quadro de recursos humanos, tanto próprio, quanto terceirizado;
- ✓ Necessidades de renovação do Quadro próprio de recursos humanos no médio e longo prazo.
- ✓ Planos de capacitação do Quadro de recursos humanos;
- ✓ Impactos da terceirização na produtividade da UJ;
- ✓ Política remuneratória da UJ;
- ✓ Situação e evolução do passivo trabalhista vinculado à UJ;

Com relação à avaliação de indicadores gerenciais sobre recursos humanos, vale observar que o Departamento de Polícia Federal não possui indicadores.

4 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

– não ocorreu no período –

5 – Informações sobre Restos a Pagar - 2009

Quadro 22 - Pagamento de Restos a Pagar - Exercício de 2009

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	16.707,61	xxx	7.055,28	9.652,33
2007	101.775,94	50.524,67	51.215,27	xxxx
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	xxx	xxx	xxx	xxx
2007	xxx	xxx	xxx	xxx
...				
Observações:				

Fonte: SIAFI Gerencial

Considerações

As inscrições de restos a pagar se deu em decorrência da falta de entrega das mercadorias ou serviços pelos credores em tempo hábil.

6 - Transferências de Recursos Mediante Convênio, Acordo, Ajuste, Termo de Parceria ou Outros Instrumentos Congêneres

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Sergipe não realiza transferência de recursos mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres, pois tal atribuição é privativa do Órgão Central do Departamento de Polícia Federal.

7 – Previdência Complementar Patrocinada

- Não se aplica à Natureza Jurídica da UJ -

8 - Fluxo Financeiro de Projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Sergipe não firma Projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos, pois tal atribuição é exclusiva do Órgão Central do Departamento de Polícia Federal.

9 – Renúncia Tributária

- Não se aplica à Natureza Jurídica da UJ -

10 – Operações de Fundo

- Não se aplica à Natureza Jurídica da UJ -

11 – Determinações dos Órgãos de Controle

11.1 – Recomendações da CGU

A Controladoria-Geral da União em Sergipe considerou as contas desta Superintendência como “REGULAR COM RESSALVAS”, referente ao TC-014.5047/2008-4, conforme Acórdão nº 4703/2009 – TCU – 1ª Câmara (publicado no DOU, Seção 1, pág. 308, de 04 de setembro de 2009).

As recomendações propostas pela CGU em 2009 estão relacionadas abaixo com as respectivas providências adotadas.

Quadro 23 – Relação das Recomendações da CGU e suas Providências

Nº Relatório	Item do Relatório	Setor Responsável pela Implementação
Ac. 4703/2009	1.5.1	SELOG/SR/DPF/SE
Descrição da Recomendação:		
“1.5.1. À Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado de Sergipe que: 1.5.1.1. detalhe e quantifique os indicadores e metas operacionais, conforme exigência prevista no Anexo II à Decisão Normativa do TCU n. 93, de 03 de Dezembro de 2008, no sentido de possibilitar a verificação da atuação da unidade quanto ao atingimento dos objetivos institucionais; 1.5.1.2. observe o limite de despesas com suprimento de fundos estabelecidos na legislação pertinente”		
Providências adotadas:		
Respondidos todos os itens através do Ofício nº: 2194/2009-SELOG/SR/DPF/SE, de 03 de Novembro de 2009.		

11.2 - Determinações e Recomendações do TCU

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Sergipe recebeu 01 determinação e nenhuma recomendação do Tribunal de Contas da União, conforme detalhado no quadro abaixo.

Quadro 24 - Relatório de cumprimento das deliberações do TCU

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DPF EM SERGIPE					000316
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	014.504/2008-4	4703/2009	1.5		442881304
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DPF EM SERGIPE					000316
Descrição da Deliberação:					
<p>1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Federal – Superintendência Regional/SE - MJ 1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo – SE (Secex-SE) 1.4. Advogado constituído nos autos: não há. 1.5. Determinações: 1.5.1. à Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado de Sergipe que: 1.5.1.1. detalhe e quantifique os indicadores e metas operacionais, conforme exigência prevista no Anexo II à Decisão Normativa TCU n. 93, de 03 de Dezembro de 2008, no sentido de possibilitar a verificação da atuação da unidade quanto ao atingimento dos objetivos institucionais; 1.5.1.2. observe os limites de despesas com suprimento de fundos estabelecidos na legislação pertinente; 1.5.2. à Controladoria-Geral da União/SE - PR que informe as medidas adotadas para o cumprimento das determinações supra.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
SELOG/SR/DPF/SE					000316
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Respondidos todos os itens através do Ofício nº: 2194/2009-SELOG/SR/DPF/SE, de 03 de Novembro de 2009.					
Síntese dos resultados obtidos					
Até a presente data (08/03/2010) não recebemos resposta.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
A falta de parâmetros para definir os indicadores e metas operacionais, tendo em vista que o Departamento de Polícia Federal trabalha com o princípio da oportunidade.					



12 – Atos de Admissão, Desligamento, Concessão de Aposentadoria e Pensão Praticados em 2009

O envio de informações alusivas a atos de admissão de pessoal e concessão de aposentadoria, reforma e pensão, nos termos do art. 7º da IN/TCU nº 55/2007, à CGU, bem como o registro no sistema SISAC são realizados pela Coordenação de Recursos Humanos da Diretoria de Gestão de Pessoal do DPF. Assim, as informações pertinentes aos atos de admissão e concessão do Departamento de Polícia Federal, inclusive desta Superintendência Regional, constarão no Relatório de Gestão do Órgão Central do DPF.



13 - Declaração da área responsável pelos Contratos e Convênios

Quadro 25 - Declaração do Responsável pela Área de Contratos

DECLARAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA ÁREA DE CONTRATOS			
DECLARAÇÃO			
Denominação completa (UJ):		Código das UGs:	
Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Sergipe		200344 e 200345	
<p>Declaro que as informações referentes a contratos celebrados pela Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Sergipe estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, de acordo com o art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008.</p> <p>Com relação ao Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, esta Superintendência não firma convênios, contrato de repasse, termo de parceria ou outros instrumento congêneres. Tal atribuição é privativa do Órgão Central do DPF.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Aracaju/SE	Data	08 de março de 2010
Responsável	THIAGO ALVES SILVA DE LIMA	Matrícula nº	12432



14 – Outras Considerações



15 - Declaração do Contador Responsável pela Unidade Jurisdicionada

DECLARAÇÃO DO CONTADOR DECLARAÇÃO COM RESSALVA	
Denominação completa (UJ): SUPERINTENDENCIA REG. DEP. POLICIA FEDERAL- SE	Código da UG: 200344 - 200345
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI.</p> <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none">– a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;– o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI; e– a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>	
Local: Brasília/DF	Data: 18/02/2010
Contador Responsável: GLADSTON GUIMARÃES NAVES	CRC n° DF-12534/O-8

SAS Quadra 6, lotes 9/10 CEP 70.037-900 - Ed. Sede Departamento de Polícia Federal
Fone (61) 2024.8424 – FAX (61) 2024.8556 - Brasília – Distrito Federal - Brasil